

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Wide Desenvolvimento Humano e Tecnologia S.A (“Companhia”), localizada na Alameda Rio Negro, 500 - Alphaville Industrial, Barueri - SP, 06454-000 foi constituída em 2006 sendo a pioneira em TVs Corporativas no Brasil, com alta especialização na distribuição de informação, integração e motivação de públicos internos, por meio de recursos digitais de última geração.

Distribuindo informação corporativa em monitores digitais, com identidade visual personalizada e conteúdos customizados, a TV corporativa da Companhia permite unificar discursos junto a colaboradores, acionistas e clientes que visitam as empresas, promovendo integração entre as áreas, divulgação direcionada das estratégias, motivação de equipes e, principalmente, a difusão eficiente dos valores da organização.

A Companhia vem crescendo bastante no atendimento ao mercado de Varejo, promovendo a comunicação dos clientes com seus consumidores finais, através da sinalização digital nos PDVs apoiando principalmente no incremento de vendas, divulgação de produtos, consolidação da marca do cliente e ainda promovendo uma experiência de compras diferenciada para o consumidor.

No Brasil as unidades estão localizadas em Barueri- SP e no Rio de Janeiro.

Em 30 de dezembro de 2018, mediante Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi deliberada e aprovada a cisão parcial da companhia Wide Educacional S.A., a parcela cindida corresponde às atividades de produção e disponibilização de cursos das mais diversas áreas do conhecimento, sob a modalidade de ensino a distância - EAD, através da utilização dos mais variados recursos tecnológicos, a exploração comercial de espaços de publicidade na Web, divulgação de produtos e a prestação de serviços de intermediação de vendas eletrônicas por comissionamento, dentro do ambiente web; edição e venda de livros, revistas, apostilas e periódicos (vide Nota Explicativa nº 8). A cisão visa à segregação das atividades da Companhia para que cada segmento de negócio se dedique a sua especialidade de atuação, estabelecendo estruturas de capital adequadas para cada uma das companhias. Além disso, proporcionar ao mercado maior visibilidade sobre o desempenho de cada uma das companhias, permitindo aos acionistas e investidores uma melhor avaliação de cada ramo de negócio de forma a permitir a alocação de recursos de acordo com seus interesses e estratégia de investimento.

A Companhia tem como principal acionista a RN Brasil Participações Ltda. que detém 55,7% do seu capital social diretamente e indiretamente através dos demais acionistas do Grupo SEB. A dependência econômica é significativa, sendo essa sua principal fonte de suporte financeiro que é realizado por meios de contratos de mútuos (Nota Explicativa nº 7) das demais empresas do grupo e aportes de capital (Nota Explicativa nº 16). Adicionalmente, os principais acionistas e o Grupo SEB (Sistema Educacional Brasileiro S.A) não possuem intenção ou planos que possam afetar significativamente as operações da Companhia, e por isso, se comprometem na manutenção do suporte financeiro, sempre que necessário.

2. Base de apresentação e preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram devidamente aprovadas pela diretoria da Companhia em 12 de janeiro de 2021.

2.1.1 Consolidação

a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas Controladoras, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro:

(i) Controladoras

Controladoras são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle.

As Controladoras são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação são forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladoras são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controlada.

(ii) Companhias consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

País	% - Controle direto no capital social		
	2019	2018	
Média Corp. Serviços de Publicidade e Mídia	Brasil	60%	60%

b) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens para seus clientes. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

2.2.2. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, considerando o julgamento da Administração para determinar o valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas, incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise de risco de crédito para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, projeções para realização de impostos diferidos ativos, bem como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente, essas estimativas e suas premissas.

2.2.3. Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com a adoção do CPC 48/IFRS 09 – Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.2.4. Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades do grupo é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: **(i)** identificação do contrato com o cliente; **(ii)** identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e **(v)** reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

2.2.5. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 9. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.7. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelo seu valor nominal acrescidos de juros, calculado “*pro rata dia*” até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As parcelas vincendas em período acima de 12 meses são classificadas no passivo não circulante.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro líquido (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente totalizam 34%.

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.2.10. Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(2)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; **(3)** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente.

4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

5) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2 a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões relacionadas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Novas normas e interpretações contábeis

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos:

3.1. Novas normas e interpretações contábeis em vigor no exercício

- **IFRS 16/CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil**

Estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06/IFRS 16 Leases (Arrendamento Mercantil), a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que naquele momento a Companhia não possuía contratos de arrendamento aplicáveis ao IFRS16 de forma que não houve impactos nos saldos contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades	104	100	105	100
Aplicações financeiras	317	1.297	491	1.354
	421	1.397	596	1.454

As aplicações financeiras têm como características liquidez diárias, baixo risco de crédito e remuneração é de 90% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Nacional	1.880	6.643	3.481	7.912
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(1.623)	-	(1.793)
	1.880	5.020	3.481	6.119

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber faturados por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	926	3.335	1.427	3.973
Até 30 dias	954	2.458	2.054	2.928
De 31 a 90 dias	-	91	-	108
De 91 a 180 dias	-	30	-	36
Acima de 181 dias	-	729	-	867
	1.880	6.643	3.481	7.912

A seguir, estão demonstrados a movimentação do saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(1.623)	(2.577)	(1.793)	(2.741)
Reversão de provisão	(1.623)	954	(1.793)	948
Saldo final	-	(1.623)	-	(1.793)

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ a recuperar	-	521	-	593
CSLL retido na fonte a compensar	174	123	-	164
Imposto de renda retido na fonte	230	694	244	700
CSLL pago por estimativa	123	367	312	367
IRPJ pago por estimativa	477	76	509	76
Outros	269	149	489	160
Redução ao valor recuperável	(735)	(735)	(735)	(735)
	538	791	819	1.325

7. Partes relacionadas

Os principais saldos dos ativos e passivos entre 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com empresas do mesmo grupo econômico. Essas transações foram realizadas em condições definidas entre elas, portanto, caso essas transações fossem realizadas com terceiros, o resultado das operações poderia ter sido diferente.

	Controladora			
	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Média Corp Servs de Publicidade e Mídia	35	-	-	-
Wide Educacional S.A.	7.491	-	-	-
Empresa Brasileira de Comunicação - IBTP	-	642	-	300
Empresa Brasileira de Comunicação - AMPLA	-	80	-	214
Instituto Escola Paulista Ensino - AMPLA	-	300	14.205	300
Instituto Escola Paulista Ensino - IBTP	-	214	35	214
	-	-	14.205	1.236
Circulante	35	-	35	-
Não circulante	7.491	1.236	14.205	1.236

	Consolidado			
	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Wide Educacional S.A.	7.237	-	14.156	-
Empresa Brasileira de Comunicação – IBTP	-	642	-	642
Empresa Brasileira de Comunicação – AMPLA	-	80	-	80
Instituto Escola Paulista Ensino – AMPLA	-	300	-	300
Instituto Escola Paulista Ensino – IBTP	-	214	-	214
Total	7.237	1.236	14.156	1.236

8. Investimentos

Companhia	% de participação (atual)	Quantidade de ações	Controladora					
			Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
			2019	2018	2019	2018	2019	2018
Média Corp. Serviços de Publicidade e Mídia	60%	6.000	1.769	1.047-	1.069	844	225	180

9. Imobilizado

	Controladora							
	Equipamentos de		Veículos	Máquinas e equipamentos	Instalações	Benfeitorias	Equipamentos de telecomunicações	Total
	Móveis e utensílios	tecnologia e informática						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	316	1.663	-	273	802	46	11	3.111
Adições	5	590	-	-	24	67	-	686
(-) Depreciação	(58)	(678)	-	(53)	(182)	(85)	(4)	(1.060)
Baixas / reclassificações	(211)	182	-	(157)	(426)	443	(7)	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	52	1.757	-	63	218	471	-	2.561
Adições	-	1.725	-	-	-	-	2	1.727
(-) Depreciação	(8)	(716)	-	(12)	(37)	(69)	-	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	44	2.766	-	51	181	402	2	3.446
Taxa anual de depreciação	10%	20%	20%	10%	10%	50%	20%	

	Consolidado							
	Equipamentos de		Veículos	Máquinas e equipamentos	Instalações	Benfeitorias	Equipamento de telecomunicações	Total
	Móveis e utensílios	tecnologia e informática						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	381	2.196	-	444	1.045	47	11	4.124
Adições	22	1.322	-	2	27	68	-	1.441
(-) Depreciação	(67)	(918)	-	(72)	(229)	(85)	(4)	(1.375)
Baixas/ reclassificações	(211)	184	-	(160)	(426)	443	(7)	(177)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	125	2.784	-	214	417	473	-	4.013
Adições	2	2.484	-	1	-	-	2	2.489
(-) Depreciação	(18)	(1.058)	-	(34)	(84)	(70)	-	(1.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	109	4.210	-	181	333	403	2	5.238
Taxa anual de depreciação	10%	20%	20%	10%	10%	50%	20%	

10. Intangível

	Controladora			Total
	Softwares	Desenvolvimento de material didático	Desenvolvimento de disciplinas	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	717	215	173	1.105
Adições	-	439	45	484
Reversão de provisão para perda	-	-	2.166	2.166
Baixa	(265)	(544)	(165)	(974)
Amortização	(452)	(101)	(2.219)	(2.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	9	-	9
Adições	564	493	-	1.057
Amortização	(92)	(154)	-	(246)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	472	348	-	820
Taxa anual de amortização	33%	33%	33%	

	Consolidado			Total
	Softwares	Desenvolvimento de material didático	Desenvolvimento de disciplinas	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	769	215	173	1.157
Adições	15	439	45	499
Reversão de provisão para perda	-	-	2.166	2.166
Baixa	(265)	(544)	(165)	(974)
Amortização	(483)	(101)	(2.219)	(2.803)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	36	9	-	45
Adições	577	493	-	1.070
Amortização	(104)	(154)	-	(258)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	509	348	-	857
Taxa anual de amortização	33%	33%	33%	

11. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Santander – capital de giro	26,93% a.a	2.000	2.000	2.000	2.000
Cartão BNDES		-	2	34	38
Itaú – conta garantida		-	10.600	-	10.600
Aymore – leasing	1,50%a.m	-	67	135	67
Conta Garantida		-	49	-	49
Empréstimo Itaú		1.250	1.675	1.250	1.675
Bradesco – conta garantida		-	-	-	13
Circulante		2.583	14.393	2.691	14.434
Não circulante		667	-	728	8

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os empréstimos e financiamentos da Companhia e da sua controlada não possuía cláusulas restritivas (covenants) e nenhuma garantia.

12. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão de férias e encargos	250	711	401	833
INSS e FGTS a recolher	248	420	290	554
Salários a pagar	103	275	169	333
	601	1.406	860	1.720

13. Impostos parcelados a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cofins - parcelamento PGFN	16	18	103	18
PIS e Cofins - parcelamento RFB	376	413	405	413
INSS - parcelamento RFB	189	209	295	209
ISS - parcelamento simplificado	101	144	115	144
INSS - parcelamento previdenciário	435	599	435	599
INSS - PERT	550	594	550	594
Pis e Cofins - PERT	566	628	569	628
	2.233	2.605	2.472	2.605
Circulante	357	369	434	369
Não circulante	1.876	2.236	2.038	2.236

- Parcelamento simplificado de Cofins referente aos períodos de 12/2013, 04/2014, 05/2014, 06/2014 e 07/2014, somando a quantia original de R\$347, mais correção estimada de R\$238, totalizando o montante de R\$585, a ser quitado em 60 meses, com vencimento da primeira parcela em 06/10/2014; Parcelamento simplificado de PIS referente ao período de 05/2014, somando a quantia original de R\$15, mais correção estimada de R\$7, totalizando o montante de R\$23 a ser quitado em 38 meses, com vencimento da primeira parcela em 06/10/2014;
- Inclusão do parcelamento simplificado de Cofins no REFIS da Lei nº 12.996/2014, referente aos períodos de 02/2013, 03/2013, 04/2013, 05/2013, 06/2013, 07/2013 e 08/2013, somando a quantia de R\$517, com correção de R\$122, e Cofins, inscrito em dívida ativa em 17/03/2011, no valor de R\$78. Inclusão de DARFs dos períodos de 09/2013 e 12/2013, no valor original de R\$120 e encargos de R\$33. Saldos a serem quitados em 180 parcelas, com antecipação de 10% do valor devido dividida em 5 vezes e início do pagamento em 25/08/2014;
- Inclusão do parcelamento simplificado de PIS no REFIS Lei nº 12.996/2014, referente aos períodos de 03/2013, 04/2013, 07/2013 e 08/2013, somando a quantia de R\$58, com correção de R\$13. Inclusão de DARF do período de 09/2013, no valor original de R\$17 e encargos de R\$54. Saldos a serem quitados em 180 parcelas, com antecipação de 10% do valor devido dividida em 5 vezes e início do pagamento em 25/08/2014;
- Inclusão do parcelamento simplificado de INSS no REFIS Lei nº 12.966/2014, referente aos períodos de 09/2012, 05/2013, 07/2013 e 09/2013, somando a quantia de R\$365, com um total de encargos de R\$82. Saldos a serem quitados em 180 parcelas, com antecipação de 10% do valor devido dividida em 5 vezes e início do pagamento em 25/08/2014.

A exposição da parcela não circulante impostos parcelados está assim distribuída:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2021	367	-	424	-
2022 até 2032	1.509	2.236	1.614	2.236
Total	1.876	2.236	2.038	2.236

14. Provisão para contingências

A Companhia e sua controladora são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	Trabalhistas	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.189	209	3.398
Reversão de provisão	(1.523)	-	(1.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.666	209	1.875
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.666	209	1.875

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía processos trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$135 (R\$115 em 2018), na controladora e consolidado, que, baseado na opinião dos advogados da Companhia, as chances de êxito são consideradas como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As adições de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social correntes pela alíquota nominal e pela alíquota efetiva em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	3.607	(4.252)	4.008	(4.031)
Total das adições	64	173	94	173
Total das exclusões	(2.198)	(226)	(2.198)	(226)
Base de cálculo	1.473	(4.305)	1.904	(4.084)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - 34%	798	457	1.054	574

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Durante o ano de 2019 a Companhia efetuou uma redução no capital social com o objetivo de absorver prejuízos acumulados, redução essa que diminuiu o capital social da Companhia em R\$ 12.674 e não afetou a quantidade de ações.

Dessa forma em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era de R\$ 1.071 (R\$13.745 em 2018) conforme quadro abaixo:

Acionistas	2019	2018
	Quantidade de ações	Quantidade de ações
RN Brasil Participações Ltda.	4.516.304	4.516.304
BR Education Ventures Fundo de Investimento em Participações	1.098.097	1.098.097
Pedro Gabriel Maia de Moraes Forjaz	1.383.504	1.383.504
Rodrigo Paiva Quintão	834.952	834.952
Rogério Vedovato Frasson	280.646	280.646
Total	8.113.503	8.113.503

b) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Cisão

Em 30 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), deliberou sobre a cisão da Companhia com redução de 470.060 ações sem valor nominal, que geram impactos no patrimônio líquido no valor de R\$ 13.360, sem alteração na participação dos acionistas.

17. Receita Líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de venda e serviços prestados	23.519	26.680	32.053	33.085
Devoluções/Cancelamentos	(1.428)	(19)	(1.529)	(74)
Impostos	(2.694)	(2.969)	(3.972)	(3.825)
	19.397	23.692	26.552	29.186

18. Custos e despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A conciliação entre custos e despesas por natureza/atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal (salários, encargos, provisões e benefícios)	5.518	10.470	7.710	12.301
Custos de produção, utilidades e serviços	4.179	5.153	6.602	7.328
Remuneração a terceiros	4.058	5.372	4.694	5.380
Viagens e estadias	412	622	457	659
Depreciação, amortização e ajuste	1.088	4.612	1.522	4.962
Reversão de provisão para perda	-	(2.166)	-	(2.166)
Outras (vendas, marketing, escritório)	3.011	1.023	3.750	1.656
	18.266	25.086	24.735	30.120
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	10.089	14.611	14.610	18.475
Despesas administrativas, comerciais e gerais	8.177	10.475	10.125	11.645
	18.266	25.086	24.735	30.120

19. Resultado financeiro

	Controlada		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita financeira				
Juros ativos/variação cambial ativa	1.719	19	1.723	30
	1.719	19	1.723	30

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesa financeira				
Juros passivos/variação cambial passiva	1.553	1.704	1.696	1.754
Descontos concedidos	-	1	-	18
Comissões e tarifas bancárias	113	323	127	340
Outras despesas financeiras	226	247	232	258
	1.892	2.275	2.055	2.370

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia não tem como prática realizar operações com derivativos financeiros.

b) Gerenciamento de risco

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

21. Seguros

A Companhia e sua Controladora adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Eventos subsequentes

Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), a Companhia não sofreu impactos relevantes em suas operações causados pela pandemia.

* * *